

R P
A

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

--- Aos seis de setembro de dois mil e vinte e quatro reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e vinte minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de José Luís Nunes, estando ainda presentes Roberto Paulo Ferreira Vieira e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, em substituição de Luísa Isabel Henriques Gouveia, como Primeiro e Segunda Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente é constituída por vinte e seis membros:**

Alexandre Miguel Carvalho da Silva (PPD/PSD), Alexandrina Liliana Marinho Alves (PPD/PSD), António Luís Abreu Figueiroa (PPD/PSD), Bruno Alexandre Vieira Bento (PPD/PSD), Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo (PPD/PSD), Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas (Independente), Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos (PPD/PSD), Fernando Eduardo Rodrigues Luís (CDS-PP), Francisco Ilídio Rebolo de Castro (PPD/PSD), Gonçalo Nuno Pimenta Camacho (CDS-PP), Jéssica José Ferreira Faria (PPD/PSD), João Paulo Pereira Marques (PPD/PSD), José Nélio Pinto Sousa (CDS-PP), Luís Jorge Gonçalves de Freitas (PPD/PSD), Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe (PPD/PSD), Marco António Nunes Dias (CDS-PP), Marco Aurélio da Mata Perira (PPD/PSD), Marco Paulo Teixeira Gonçalves (PPD/PSD), Maria Idalina Fernandes da Silva (PPD/PSD), Pedro José Jardim Gomes (PPD/PSD), Raquel João Martins da Silva (PPD/PSD), Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues (PPD/PSD), Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas (PPD/PSD) e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho (PPD/PSD).-----

--- **Grupo Municipal do PS é constituído por nove membros:** Catarina Isabel Nuna Mendes, Guido Marcelino Mendonça Gomes, José Gabriel Pereira de Oliveira, José

Juvenal Nunes Rodrigues, Manuel Pedro Calaça Vieira, Maria Isabel de Ponte Garcês, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Sérgio Juvenal de Jesus Abreu e Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano.-----

--- **Grupo Municipal do BE é constituído por três membros:** Igor David Ribeiro de Andrade, Maria José Santos Gouveia e Paulo Sérgio Freitas Sousa.-----

--- **Deputado Municipal Independente** – Joaquim José Batalha de Sousa.-----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PDR** – Rubina Vanessa da Silva Rebelo, não compareceu.-----

--- **Deputado Municipal Único Representante do MPT** – Valter Freitas Rodrigues.-----

--- **Deputado Municipal Único Representante da CDU** – Lisandra Rubina Correia Ramos Ribeiro.-----

--- Mais se verificou a presença da Senhora Presidente da Câmara, Maria Cristina Andrade Pedra Costa, do Senhor Vice-presidente da Câmara, Bruno Miguel Camacho Pereira e dos (as) Senhores (as) Vereadores (as) Cláudia Sofia Frazão Dias Ferreira, João José Nascimento Rodrigues, Helena Maria Pereira Leal, Micaela Gomes Camacho e Sancha de Carvalho e Campanella.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão manifestando o seguinte: “Tal como eu, todos vivemos com preocupação as dificuldades impostas pelos incêndios que afetaram uma extensa área da nossa querida terra. Agora, ainda em hora de rescaldo pelo menos nas nossas consciências, importa encontrar a melhor forma de refletir sobre o que aconteceu numa perspetiva positiva que indique, se houver, novas e melhores soluções de prevenção. Uma reflexão também no



sentido de esclarecer a população, de justificar decisões, de mostrar trabalho feito, de erradicar dúvidas e omissões, de repõe, enfim, até a verdade dos factos, e não menos importante, de homenagear quem de forma altruísta e corajosa defendeu o nosso património natural e protegeu a população e os seus bens. Nesta Casa aproveito em nome de todos para dar esse passo em frente, de reconhecer o esforço, dedicação e coragem de todos os agentes de proteção civil, que mais uma vez demonstraram capacidade e competência para corresponder em dias consecutivos de aflição. A todos, em nome da Assembleia Municipal, o nosso muito obrigado. Fica também uma palavra de conforto às pessoas afetadas pelos fogos, que também lutaram com bravura para defender o que é seu. Estou certo de que o Governo em colaboração com as autarquias estão já a envidar esforços para atenuar as suas dificuldades. Desta vez o Funchal não foi afetado pelas chamas, mas a cidade celebrou recentemente os seus 516 anos de vida da melhor forma possível. Fico, naturalmente, satisfeito que o Município tenha a capacidade de homenagear, como aconteceu durante a sessão solene, quem trabalha há décadas nesta nobre causa, que é a função pública. Mas também homenageamos o mérito de cidadãos ímpares com contributos notáveis para a nossa cidade, assim como distinguimos a longevidade de alguns dos nossos centenários, verdadeiros portadores da história de uma cidade que se orgulha das suas gentes e tradições. As celebrações dos 516 anos foram ecléticas, repletas de atividades que evidenciam a diversidade de talentos que nasceram no concelho, trabalho feito por uma equipa camarária liderada por Cristina Pedra, que tem conseguido corresponder às expetativas criadas. -----

Agora que estamos no último ano de mandato, importa concretizar o que já está planeado no caderno de encargos acordado com o povo que sufragou expressivamente esta candidatura. Muito já foi feito com o esforço de todos e ainda muito será concretizado antes do próximo ato eleitoral. -----

A esta Casa peço que continuem a desenvolver trabalho, que continuem a promover o diálogo e que a junção das nossas diferenças possa, pontualmente, existir convergências que tenham o primeiro e único propósito de melhorar as condições de vida dos nossos munícipes, é isso que tenho visto e reconhecido capacidade de diálogo e civismo, sinal de que a democracia está bem e recomenda-se na cidade do Funchal. Que continuemos a demonstrar esta postura democrática, uma vez mais, durante esta sessão.” -----

--- Depois deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** que quis dirigir uma palavra de profunda solidariedade às famílias afetadas pelos incêndios que recentemente devastaram a ilha da Madeira. Reiterou, tal como fez no passado dia vinte e um de agosto, o compromisso e a proximidade daquele executivo para com todos aqueles que enfrentaram momentos de enorme provação. Quis, igualmente, expressar o mais sincero reconhecimento a todos os que, com coragem, determinação e espírito de missão, combateram heroicamente as chamas em condições particularmente adversas, colocando as suas próprias vidas em risco para proteger a população, os seus bens e o inestimável património natural. Aquele reconhecimento estendeu-se, de forma especial, aos operacionais da autarquia, nomeadamente aos Bombeiros Sapadores do Funchal, que desempenharam um papel crucial no combate às chamas, com particular incidência no Curral das Freiras. Dirigiu, ainda, uma palavra de apreço aos funcionários do Parque Ecológico, do Canil Vasco Gil e do Departamento do Ambiente, entre tantos outros que, desde o primeiro momento, acompanharam a evolução dos incêndios e desempenharam um papel essencial na estratégia de prevenção e resposta delineada para a cidade do Funchal. A todos, a sua mais profunda gratidão. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu as suas palavras e assegurou que aquele executivo se mantém plenamente empenhado no cumprimento dos seus objetivos e compromissos, sempre com o propósito de servir o interesse maior do

ψ .

P
J

concelho do Funchal e dos seus munícipes. E que independentemente das diferenças que possam existir, devem estar unidos por um desígnio comum: o bem do Funchal. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos dando conhecimento do seguinte expediente:-----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:-----

1.1. Luísa Isabel Henriques Gouveia, deputada municipal eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicada pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído na impossibilidade de Ricardo Nuno Pestana Abreu, de José Maurício Nunes Gonçalves e de Rosa Sofia Pestana Camacho, por José Nélio Pinto Sousa.-----

1.2. Daniel Almeida Meneses, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicada pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por António Luís Abreu Figueiroa.-----

1.3. Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Bruno Alexandre Vieira Bento.-----

1.4. Luís Miguel Moura de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Luís Jorge Gonçalves de Freitas.-----

1.5. Herlinda Maria Gouveia Amado, deputada municipal eleita pela CDU, comunicou a sua ausência sendo substituída por Lisandra Rubina Correia Ramos Ribeiro.-----

1.6. Andreia Drumond Caetano, Deputada Municipal eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída, na impossibilidade de José Manuel Domingos Sebastião, por Catarina Isabel Nuna Mendes.-----

1.7. Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli, Deputada Municipal eleita pelo PS.

Comunicou a sua ausência sendo substituída na impossibilidade de Márcia Catarina Sousa Silva, José António Faria Castanha e de Luana Brazão Fernandes e de José Júlio de Carvalho Gomes Curado, por José Juvenal Nunes Rodrigues. -----

1.8. Fabíola Maria de Sousa Pereira, deputada municipal eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicada pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituída por Fernando Eduardo Rodrigues Luís. -----

1.9. Luís Filipe de Sá Vieira, deputado municipal Independente, comunicou a sua ausência por motivos profissionais. -----

1.10. Egídio Paulo Caires Fernandes, deputado municipal eleito pelo BE, comunicou a sua substituição sendo substituído por Igor David Ribeiro de Andrade. -----

2. AUSÊNCIA DE VEREADORES (AS): -----

2.1. Nádía Micaela Gomes Coelho, Vereadora da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência por motivos de férias. -----

2.2. Rúben Dinarte Silva Abreu, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência. -----

2.3. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência. -----

2.4. Vítor Hugo Rodrigues de Jesus, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Sancha de Carvalho e Campanella. ----

2.5. Ana Fernanda Osío Bracamonte, Vereadora da Câmara Municipal do Funchal. -----

EXPEDIENTE: -----

3. CONVITES:-----

3.1. A Senhora Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites:-----

- Apresentação “ESCUTAR – Projetos de Residências Artísticas nos Bairros

Comunitários”, que se realizou no dia 06/07/2024. -----

- Exposição “Retratos da nossa gente”, de Ana Jesus, no âmbito do Projeto IMPULSO, que se realizou no dia 10/07/2024. -----
- Espetáculo A História Devida, de Ruy de Carvalho, que se realizou no dia 28/07/2024. -----
- Abertura da Galeria Impulso e inauguração da exposição “Iusco-Fusco”, de Tomás Basílio, que se realizou no dia 19/08/2024. -----
- Inauguração da exposição “Memórias da Cidade”, no âmbito das comemorações do Dia da Cidade do Funchal, que se realizou no dia 20/08/2024. -----
- Concerto “Coração na Boca”, no âmbito das comemorações do Dia da Cidade do Funchal, que se realizou no dia 20/08/2024. -----
- Apresentação da Temporada Artística 2024/2025 do Teatro Municipal Baltazar Dias, que se realizou no dia 05/09/2024. -----

3.2. O Senhor Secretário Regional de Economia, Turismo e Cultura enviou os seguintes convites:-----

- Inauguração da exposição “Was it Therapy?”, que se realizou no dia 08/07/2024. ----
- Abertura da exposição Divertimento, por Miguel Ângelo Martins, que se realizou no dia 06/08/2024.-----
- Abertura da exposição ROBERTO CUNHA a paixão pelo detalhe, que se realizou no dia 28/08/2024.-----

3.3. A Senhora Vereadora da Câmara Municipal do Porto Santo, Mariana Vasconcelos, enviou um convite para a sessão de divulgação do projeto *Free LitterAT*, que se realizou no dia 10/07/2024. -----

3.4. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, enviou um convite para as comemorações do Dia da Freguesia, que se realizou no dia 20/07/2024. -----

3.5. O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz, enviou um convite para as comemorações do Dia do Concelho que se realizou no dia 22/07/2024.-----

3.6. A Direção da Casa do Povo de São Roque enviou um convite para a Festa da Nossa Senhora da Alegria, que se realizou no dia 04/08/2024. -----

3.7. Os Irmãos de São João de Deus e a Direção da Casa de Saúde São João de Deus, enviaram um convite para a celebração dos 100 anos da fundação daquela Instituição na Madeira, que se realizou no dia 09/08/2024. -----

3.8. O Senhor Padre do Monte enviou um convite para assistir à Missa, seguido de Procissão em honra de Nossa Senhora do Monte, que se realizou no dia 15/08/2024. -----

3.9. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, enviou um convite para a Sessão Solene Comemorativa do 280º Aniversário do Município, que se realizou no dia 25/08/2024.-----

4. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----

4.1. Da CDU: -----

- Alerta para conjunto de problemas no Sítio do Ribeiro Lavadouro – Santo António. -
- Pedido de esclarecimento sobre rendas em atraso de João Manuel de Freitas. -----
- Risco iminente de incêndio no Alto do Caminho do Curral Velho – Santo António.---
- Pedido de esclarecimento sobre curso do ribeiro no sítio do Lombo da Quinta.-----
- Pedido de informação sobre arrendamento social – Mara Vanessa Quintal Prioste.-
- Habitação com condições precárias e insalubres. -----

4.2. Do MPT: -----

- Pedido de informação detalhada sobre a taxa de reciclagem e gestão de resíduos no município do Funchal.-----
- Pedido de informação e relatórios sobre o projeto “eGames Lab”.-----
- Pedido de informação sobre a legalidade do sistema de videovigilância do Funchal.

- Proposta de inclusão na fiscalização da comissão consultiva da revisão do Plano Diretor Municipal.-----
- Pedido de visita à obra de construção de 33 fogos habitacionais na Nazaré e solicitação do mapa de acabamentos de cada tipologia.-----

4.3. Do PS:-----

- Pedido de informação sobre retirada de contentores herméticos de lixo indiferenciado, junto aos armazéns da Empresa de Cervejas da Madeira, na freguesia de Santa Luzia.-----

--- De seguida, após a dispensa da leitura da Ata abaixo designada que foi previamente distribuída a todos os Senhores (as) Deputados (as), o Senhor Presidente da Assembleia colocou-a à votação:-----

- Aprovada por unanimidade a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril dois mil e vinte e quatro com trinta e seis votos a favor, consistindo em vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do MPT, um voto da CDU e um voto do Deputado Independente Joaquim José Batalha de Sousa.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Bruno Alexandre Velosa de Freitas Pimenta Macedo, Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Marco António Nunes Dias e Marco Aurélio da Mata Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente e Igor David Ribeiro de Andrade, do BE.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** ao passar ao momento da inclusão de munícipes, verificou que não existiam inscritos, como tal a interpretação daquela ausência, que poderia ter várias formas, foi que pode ser a de refletir a confiança dos cidadãos no trabalho ali desenvolvido. Ainda assim, reafirmou que aquela é uma Casa de portas abertas, onde todos os munícipes são bem-vindos para expor as suas preocupações e contribuir para o

futuro daquele concelho. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, começou por referir a situação da estrada de Santo António, que por estar atrasada, é um exemplo claro de frustração por parte dos residentes que esperam por melhorias. Logo, é fundamental que as promessas feitas durante as campanhas sejam cumpridas, garantindo que as infraestruturas necessárias sejam realmente realizadas. -----

Quanto ao fundo ambiental, concorda plenamente com a necessidade de mais investimentos em projetos de sustentabilidade, como os painéis fotovoltaicos. Pois aquele tipo de iniciativa não só favorece a economia local, mas também ajuda a preparar o concelho para o futuro, ao fomentar a venda de energia renovável e a redução da pegada ecológica. Contudo, a Câmara Municipal poderia dar mais visibilidade a esses programas, incentivando os cidadãos e as empresas a participarem. -----

Em relação à mobilidade e ao trânsito, considera que é crucial que sejam implementados planos de ação eficazes. Melhorar o trânsito, garantir uma mobilidade sustentável e promover alternativas ao transporte tradicional, são passos importantes para a qualidade de vida e para a eficiência do dia a dia dos cidadãos. Um plano de mobilidade deve ser acessível a todos e promovido ativamente para que a população se envolva. -----

Como tal considera que aquelas questões são centrais para o bem-estar da comunidade e, certamente, merecem atenção urgente da parte das autoridades locais. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, começou por expressar o seu reconhecimento aos Bombeiros e às forças envolvidas no combate aos incêndios, mas criticou a ausência de alguns responsáveis durante a crise. Em seguida, abordou a habitação como o maior problema do Funchal, destacando que os

madeirenses enfrentam salários baixos, enquanto os preços das casas atingem valores elevados. Acusou a atual vereação de apenas dar continuidade a projetos herdados da gestão anterior, sem apresentar novas iniciativas significativas.-----

Criticou ainda a destruição da ciclovia e acusou o executivo de beneficiar do boom imobiliário para arrecadar receitas, sem investir na criação de habitação acessível. Mencionou o aumento expressivo dos preços das casas e a dificuldade dos estudantes universitários em encontrar alojamento acessível.-----

Por fim, questionou por que razão o executivo não investe recursos próprios na habitação, apesar das receitas fiscais elevadas, e quais são as medidas que estão a ser tomadas para regular o alojamento local e a pressão do mercado turístico sobre a habitação.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Lisandra Rubina Correia Ramos Ribeiro, da CDU,** questionou sobre a conclusão das obras nas oficinas da Câmara na Fundoa, destacando a falta de condições adequadas de trabalho para os funcionários, e criticou a inexistência de instalações adequadas para higiene pessoal, como banheiros em boas condições e duches, sendo que atualmente só há uma casa de banho a funcionar na carpintaria, o que é insuficiente para o número de trabalhadores, por isso pediu uma solução urgente para garantir condições mínimas de trabalho e higiene para os funcionários.-----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** respondeu às críticas, mencionando que todas as gestões herdam desafios, citando como exemplo a situação crítica da ETAR, que não tinha sequer um caderno de encargos lançado, apesar dos prazos e avisos da União Europeia. Sobre a habitação, afirmou que aquele executivo não intervém no mercado, pois não tem competência para tal e não concorda com uma abordagem de fixação administrativa de preços na iniciativa privada. Defendeu que o papel do Estado deve ser regulamentar e fiscalizar, mas não controlar diretamente o mercado.-----

Depois destacou as medidas tomadas para promover equidade e justiça social, como o

Regulamento de Acesso às Bolsas de Estudo e a reformulação do Subsídio Municipal ao Arrendamento, que foi significativamente aumentado para abranger mais pessoas, incluindo a classe média.-----

Por fim, desafiou a quem crítica a proporem medidas como taxaço ou limites de preços no mercado à Assembleia da República, que é o órgão competente para legislar sobre essas questões, e não à Câmara do Funchal.-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** começou por contestar a discussão sobre "heranças políticas", argumentando que a gestão anterior herdou mil e duzentos fogos construídos ao longo das décadas de mil novecentos e noventa e dois mil pelas vereações do PSD, mas em oito anos apenas construiu sessenta e seis. Destacou que a alternância de poder faz parte da democracia e que cada executivo deve focar-se no que pode fazer de melhor. Mencionou que, apesar da Estratégia Local de Habitação elaborada pela SocioHabitaFunchal, não havia projetos concretos quando a atual vereação tomou posse, exceto os trinta e três fogos da Nazaré. Sublinhou que empreendimentos como a Quinta das Freiras tiveram que ser projetados do zero e que algumas informações divulgadas pela oposição sobre projetos herdados eram incorretas. Criticou ainda o estado de degradação de várias habitações sociais ao assumir funções, apontando que a atual gestão tem investido mais de três milhões de euros na recuperação do parque habitacional. Listou os seguintes bairros que já foram reabilitados: Bairro de Santo Amaro IV, Bairro do Canto do Muro II, Bairro da Quinta Grande, Quinta do Palheiro, Viveiros III, Quinta Falcão II e anunciou a recuperação do Bairro das Romeiras até ao fim do mandato. Sobre a manutenção, referiu que a Câmara tem realizado mais de duzentas intervenções anuais para resolver problemas estruturais em habitações municipais.-----

Em resposta ao Senhor Municipal Valter Rodrigues, sobre a questão da energia, mencionou que foram adotadas medidas, como painéis solares e turbinas em infraestruturas

municipais. Relativamente à mobilidade, disse não compreender a preocupação com a circulação noturna no Funchal, pois não considera haver problemas nesse período.-----

À Senhora Deputada Municipal Lisandra Ribeiro, comentou as condições das casas de banho na Fundoa, reconhecendo problemas específicos no setor que abrange as instalações da brigada de asfalto, mas afirmando que a situação nos outros serviços (serralharia, carpintaria e águas) é razoável e que as obras de reabilitação estão a ser realizadas progressivamente.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS,** refutou as acusações do Senhor Vice-presidente da Câmara, destacando que a ETAR herdada pelo executivo da Mudança estava em fase de multa por não cumprir a legislação europeia, o que obrigou o novo executivo a iniciar o processo do zero. Também esclareceu que a construção de mil e duzentos fogos de habitação social nos anos de mil novecentos e noventa e dois mil, foi financiada pelo Governo Nacional do PS, sem custos para o Governo Regional, que não fez o mesmo investimento quando o PSD assumiu o poder.---
Criticou ainda a afirmação do Senhor Vice-presidente da Câmara sobre a maior taxa de habitação social da Madeira, argumentando que isso reflete as políticas regionais que empurraram a população para a pobreza, não sendo motivo de orgulho. Quanto à Estratégia Local de Habitação, reconheceu o trabalho dos técnicos da SocioHabitaFunchal, mas destaca que foi um esforço colaborativo da vereação e do Departamento de Urbanismo.-----

Em relação aos números de construção de fogos, questionou a execução do atual executivo, que, com o financiamento de vinte e nove milhões de euros herdados, construiu apenas trinta fogos em quatro anos, enquanto o executivo anterior construiu sessenta e seis fogos com recursos próprios. Lembrou ainda que a recuperação do Palheiro Ferreiro e da Ribeira Grande foi possível graças ao trabalho do executivo anterior, que já tinha

deixado os processos prontos com financiamento europeu. Por fim, questionou a quem estão a ser entregues as casas, já que as famílias do Funchal continuam à espera. -----

--- Por esta ocasião o **Primeiro Secretário da Mesa, Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente**, foi substituído pela Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, da Coligação Funchal Sempre à frente, para fazer um **pedido de esclarecimento** à Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes, sobre a legitimidade da mesma para falar em rigor e transparência na gestão da habitação, sugerindo que, no seu lugar, teria vergonha de abordar o tema, pois aquela atribuiu apartamentos T2, construídos pela anterior Coligação liderada pelo PS, a pessoas que viviam sozinhas, enquanto famílias com filhos continuam em lista de espera. -----

Mencionou ainda que, no âmbito do Programa Amianto Zero, algumas pessoas foram beneficiadas com habitação na Quinta Falcão sem nunca terem estado expostas a amianto, colocando em causa os critérios de atribuição desses fogos. -----

--- A **Senhora Deputada Municipal, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, explicou que a atribuição de um T2 a uma senhora de oitenta anos foi uma decisão humanista, com base na necessidade de proporcionar apoio à senhora, que não poderia ser visitada pela família em Santo António. Justificou a decisão afirmando que, segundo o aconselhamento da SocioHabitaFunchal, a medida foi tomada considerando os princípios humanistas e a cidadania, focando no bem-estar da pessoa. Destacou que essa decisão foi apoiada por um relatório da empresa e pela Dra. Graça Correia, na altura responsável pela parte social, e que todos os procedimentos foram devidamente justificados. Reforçou, ainda, que, caso fosse necessário, tomaria a mesma decisão, respaldada pelos técnicos sociais da empresa. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, respondeu ao Senhor Vice-presidente da Câmara, apontando que ele está mais focado no passado do que no futuro, especialmente ao falar sobre projetos ambientais como os painéis

D

V
Or

fotovoltaicos, cujo prazo de entrega é até outubro de dois mil e vinte e quatro. Depois questionou a abordagem do Senhor Vice-presidente da Câmara sobre a mobilidade, enfatizando que quando fala sobre o tema, está se referindo aos problemas de segurança noturna, como assaltos e esfaqueamentos, e não apenas à mobilidade durante o dia, sugerindo, ainda, que o mesmo não está levando a sério as questões de segurança e está tratando o assunto de forma leviana. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Ilídio Rebolo de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, da Coligação Funchal Sempre à Frente,** respondeu ao Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, esclarecendo que a Junta de Freguesia de Santo António tem feito várias intervenções naquela freguesia, como limpezas das levadas e pequenas obras nos arruamentos, dando como exemplo a Travessa do Tanque e no Caminho do Lombinho, onde atualmente é possível o acesso de automóveis. Depois questionou a afirmação do Deputado Valter sobre promessas de estradas na freguesia e sugere que ele talvez não saiba exatamente onde fica a freguesia de Santo António. -----

--- Por esta ocasião o Primeiro Secretário da Mesa, Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente, voltou a ocupar o seu lugar na mesma. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT,** apresentou o seguinte **Voto de Louvor a todos os que combateram os fogos e manifestação de solidariedade profunda com a população e os animais na Região Autónoma da Madeira:** "Considerando:-----

1. A coragem indomável e a dedicação extraordinária de todos os bombeiros, que, com uma determinação sobre-humana, enfrentaram sem hesitar o inferno das chamas. Estes heróis, muitas vezes anónimos, estiveram na linha da frente, arriscando as suas próprias vidas para proteger as nossas, num combate incessante e extenuante contra um dos

maiores incêndios que a Madeira já viu. -----

2. O papel essencial das forças de segurança, que, com disciplina, organização e um profundo sentido de dever, garantiram a segurança das populações, coordenaram as operações de evacuação e asseguraram que os esforços de socorro pudessem decorrer da forma mais eficaz possível, enfrentando inúmeras dificuldades no terreno. -----

3. O sacrifício e a solidariedade da população anónima, que, mesmo sem meios, sem recursos, sem outro motivo além da vontade de ajudar, se uniu numa onda de solidariedade sem precedentes. Estes cidadãos, que muitas vezes permaneceram invisíveis nas narrativas, abriram as suas casas, partilharam os seus bens, e apoiaram incansavelmente os seus vizinhos e as forças que combatiam o fogo. -----

4. O impacto destruidor deste incêndio, que devorou mais de 5.100 hectares de floresta, terras agrícolas e propriedades, em apenas 13 dias, deixando atrás de si um rasto de desolação. Casas foram destruídas, meios de subsistência foram perdidos e as comunidades foram profundamente abaladas. Em meio a esta tragédia, **inúmeros animais**, tanto domésticos quanto selvagens, perderam a vida, deixando um vazio doloroso nos corações daqueles que os amavam; -----

5. A resiliência heroica da população afetada, que, mesmo diante da perda e do desespero, demonstrou uma força e uma união incomparáveis. Com um espírito de solidariedade tocante, ajudaram-se mutuamente, protegeram uns aos outros e apoiaram incansavelmente as operações de combate ao fogo, mesmo enquanto enfrentavam a destruição das suas próprias vidas; -----

6. A necessidade urgente de reconhecer e homenagear publicamente o esforço sobre-humano dos bombeiros que, enfrentando exaustão e perigo iminente, não recuaram na missão de proteger vidas e terras. Enquanto isso, é essencial notar que, apesar do inquestionável esforço de muitos, **algumas falhas de coordenação e resposta por parte da proteção civil** deixaram a desejar, sublinhando a importância de uma análise crítica e

de melhorias futuras para garantir uma resposta mais eficaz em situações de crise. É igualmente vital que esta Assembleia expresse a sua **solidariedade mais profunda** com as famílias que perderam tudo, incluindo os seus amados animais, que foram tragicamente ceifados pelas chamas;-----

Propõe-se, ao abrigo do Artigo 40º, n.º 2, alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, a seguinte deliberação:-----

A Assembleia Municipal do Funchal, **por proposta do Partido da Terra, louva publicamente** com o mais profundo respeito e admiração todos os bombeiros, forças de segurança, voluntários e cidadãos que, com uma coragem, dedicação e espírito de sacrifício inesgotáveis, enfrentaram os incêndios devastadores que assolaram a nossa querida Madeira. Este voto de louvor é especialmente dirigido aos **bombeiros**, que, na luta da frente, enfrentaram o perigo com uma determinação sobre-humana; às **forças de segurança**, cuja organização e disciplina foram fundamentais para a proteção e segurança das populações; e à **população anónima**, cujos gestos de solidariedade e ajuda mútua foram cruciais em momentos de desespero. Este voto de louvor é também um tributo à **resiliência e união da população afetada**, cuja força em meio à adversidade serve de exemplo inspirador para todos. Por fim, expressamos a nossa **solidariedade mais sentida pela perda irreparável dos animais** que pereceram nesta tragédia.-----

Propõe-se ainda que esta deliberação seja amplamente divulgada através dos canais oficiais da Assembleia Municipal e do Município do Funchal, bem como em comunicados de imprensa, de forma a garantir que o reconhecimento e a gratidão desta Assembleia alcancem todos os envolvidos e toda a população da Região Autónoma da Madeira, reafirmando o nosso compromisso com a valorização dos esforços e sacrifícios feitos em prol da comunidade.”-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, expressou o apoio do seu grupo municipal ao Voto de Louvor apresentado pelo MPT, reconhecendo o esforço e o sentido de missão de todos os que contribuíram para o combate aos incêndios de agosto na Região, destacando especificamente os Bombeiros que vieram de Portugal Continental, dos Açores e de Espanha e fazendo um agradecimento especial aos Bombeiros Sapadores do Funchal, elogiando o seu esforço hercúleo no combate aos incêndios e no apoio à população afetada.-----

Encerrou sua intervenção com um "bem-haja" a todos os envolvidos.-----

--- Colocado à votação, pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, o **Voto de Louvor a todos os que combateram os fogos e manifestação de solidariedade profunda com a população e os animais na Região Autónoma da Madeira – Apresentado pelo MPT**, foi **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do MPT, um voto da CDU e um voto do Deputado Independente, Joaquim José Batalha de Sousa. Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco António Nunes Dias e Marco Aurélio da Mata Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS e Igor David Ribeiro de Andrade, do BE.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que, após a ordem de trabalhos, o Voto de Protesto relativo à não entrega de documentos sobre a gestão e exploração de espaços públicos e estacionamento urbanos pela Frente MarFunchal, E.M., apresentado pelo MPT, foi retirado a pedido do proponente.-----

Em seguida, mencionou que, na Conferência de Líderes, realizada no dia três do corrente mês, foi identificado que pontos enviados pelo MPT, no dia vinte e sete de agosto, não deram entrada na Assembleia Municipal. Depois foi constatado que os documentos

passaram para uma "suspect list" no filtro informático da Assembleia, o que gerou um atraso na sua entrada. Assim, recomendou que, para evitar problemas futuros, sempre que os documentos sejam enviados à Assembleia, devem confirmar com os serviços administrativos se aqueles foram corretamente recebidos.-----

Por fim, informou que as propostas de resolução sobre Mobilidade Sustentável, Regulamento Municipal de Ruído e Acesso Gratuito aos Museus Municipais foram retiradas a pedido do MPT. A votação da inclusão da Proposta de Resolução sobre Mobilidade Sustentável será realizada em seguida. -----

- INTERPELAÇÃO À MESA: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, manifestou a sua preocupação com a proposta apresentada, mencionando que ela resultaria em um aumento considerável da despesa da Câmara Municipal. Argumentou que, caso essa proposta fosse admitida à discussão, isso violaria o orçamento municipal aprovado e as normas que limitam alterações orçamentais, seja para aumentar a despesa ou diminuir a receita. Como tal, sugeriu que a proposta fosse retirada, caso contrário, o grupo Funchal Sempre à Frente iria votar contra sua admissão. -----

Além disso, sugeriu ainda à Mesa, que no futuro haja um crivo mais rigoroso para evitar situações semelhantes, que possam resultar em ilegalidades na Assembleia. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a observação do Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques e reconheceu que isso pode ser fruto de inexperiência, mas concorda plenamente com a sua posição, mostrando abertura para ajustar o processo no futuro. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, reconheceu que não é jurista e, que apesar de ter tentado fazer o melhor possível, decidiu retirar a Proposta de Resolução – Incentivo à Mobilidade Sustentável e Concessão de Passe Gratuito para

Colaboradores da Autarquia, devido aos considerandos apresentados pelo Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu ao Senhor Deputado Municipal Valter Rodrigues pelo seu senso e sugeriu que aquelas questões possam ser discutidas nas Conferências de Líderes, desde que as pessoas presentes estejam preparadas para colaborar e contribuir de forma construtiva. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que prescindiu a apresentação. -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, começou por ironizar a interpretação do Senhor Presidente da Assembleia sobre a ausência de munícipes, atribuindo-a a um elogio à governação, e criticou as novas restrições ao acesso às reuniões de Câmara. -----

Sobre a pobreza, destacou que a promessa de acabar com os excluídos e sem-abrigo não foi cumprida e apontou a redução do apoio a associações que trabalham nessa área. Reforçou a importância dessas instituições e questionou a Senhora Presidente da Câmara se, no próximo orçamento, pretende aumentar o apoio financeiro a essas entidades. -----

Quanto à mobilidade, lembrou que o problema do trânsito no Funchal continua a agravar-se e questionou se as diretrizes do PAMUS estão a ser seguidas. -----

Depois criticou a proposta de construção de um parque de estacionamento no Largo do Município, considerando-a irrealista e desrespeitosa para com os monumentos nacionais ali localizados. -----

Por fim, abordou o problema das rent-a-cars e questionou se a Câmara tem exigido que aquelas empresas disponham de estacionamento próprio ao serem licenciadas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, referindo-se à juventude, destacou que o foco deve estar no futuro e no presente, em vez de se prender ao passado. Depois criticou o facto de no relatório sobre as iniciativas da juventude, como o programa “Be Young, Be Cool” e o Dia Internacional da Juventude, não serem apresentados dados concretos sobre a participação dos jovens ou o impacto real dessas ações, porque sem esses dados, não é possível avaliar se as iniciativas devem ser aprimoradas no futuro. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, questionou a Senhora Vereadora Helena Leal sobre uma afirmação feita pela mesma à comunicação social no dia dezasseis de julho, onde disse que, para qualquer mulher em situação de rua entrar na segunda habitação solidária nos Barreiros, é necessário que ela já esteja a trabalhar. O grupo municipal do Partido Socialista manifestou interesse em saber por que razão essa exigência é feita às mulheres, mas não é aplicada aos homens. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que, no momento, estavam a discutir o ponto relativo à apresentação dos trabalhos realizados. Por isso pediu ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu que esclarecesse em que ponto ou capítulo estavam e quais os esclarecimentos ele estava a pedir. Além disso, reforçou que discussões sobre o orçamento devem ocorrer nos momentos apropriados, conforme o processo orçamentário, e que qualquer questão relacionada ao orçamento será tratada no seu devido momento. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** apresentou uma estratégia municipal focada em apoiar pessoas em situação de sem-abrigo no Funchal, onde em dois mil e vinte e quatro, o município investiu cerca de um milhão de euros em apoio ao associativismo social e à saúde, colaborando com associações e ampliando a capacitação dos recursos

humanos. O município já criou duas casas solidárias para apoio a homens e mulheres, com programas personalizados para cada indivíduo, garantindo habitação, trabalho e acompanhamento psicossocial. Além disso, foi criado um centro de dia em parceria com uma associação especializada, que acolhe e capacita até dez pessoas em situação de sem-abrigo. A equipe CIMA Funchal foi formada para coordenar e avaliar a estratégia, em parceria com outras equipas de rua, para um melhor levantamento das necessidades da população em situação de sem-abrigo e uma intervenção mais eficaz.-----

No campo do associativismo juvenil, o município investiu setenta e cinco mil euros em dois mil e vinte e quatro, promovendo eventos como o "Funchal Summer Fest", que teve grande adesão de jovens e famílias, e desenvolveu ações para promover estilos de vida mais saudáveis e seguros.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, revelando preocupação sobre a crescente presença das Rent-a-car no Funchal e os impactos das suas frotas na gestão da cidade, questionou quais as medidas que a Câmara Municipal tem para mitigar esses impactos no futuro, e solicitou que a Câmara esclarecesse o que o PDM – Plano Diretor Municipal de dois mil e dezoito previa para as Rent-a-car, sugerindo que poderão descobrir algo surpreendente a esse respeito.

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, levantou uma questão sobre a parte financeira do relatório, especificamente sobre as cobranças coercivas mencionadas sem dados concretos acerca dos valores recuperados ou do impacto nas receitas municipais, solicitando informações sobre a percentagem recuperada nas cobranças coercivas e nas dívidas fiscais nos últimos dois meses, uma vez que não foram apresentados valores específicos.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, considerou que a proposta sobre a criação de um parque de estacionamento no Largo do Município

proposta é uma manobra de diversão e sugere que os recursos técnicos da Câmara poderiam ser usados para resolver a questão, em vez de investir em novos estudos, e que o foco da proposta é uma estratégia eleitoral.-----

Dirigindo-se ao Deputado Municipal João Paulo Marques, lembrou que a realidade de dois mil e vinte era diferente, com menos veículos e turistas e que atualmente os problemas de estacionamento e trânsito são mais graves, como no Pico do Areeiro, por isso pediu mais ações do Município para enfrentar esses desafios.-----

Também criticou a postura da Senhora Vereadora Helena Leal, respondendo que, caso ela não tivesse noção das questões sociais, a instituição que ela liderava não teria recebido um edifício do governo regional para trabalhar com os sem-abrigo e os excluídos sociais, destacando que, se as partes colaborassem positivamente, sem populismos, poderiam encontrar soluções.-----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** respondeu à questão levantada sobre as Rent-a-cars, explicando que o aumento da frota de veículos dessas empresas é uma grande preocupação. No entanto, afirmou que não existem mecanismos legais que permitam impor a obrigatoriedade de estacionamento próprio para essas frotas, apesar de fazer sentido que as empresas possuam um local de estacionamento satélite. A questão era abordada no PDM - Plano Diretor Municipal de mil novecentos e noventa e sete, mas foi retirada na revisão de dois mil e dezoito, o que considerou um erro que será corrigido no próximo PDM.

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, pediu mais informações sobre as cobranças coercivas da dívida fiscal, questionando a Senhora Presidente da Câmara sobre o aumento significativo dessas cobranças, já que não obteve uma resposta satisfatória até o momento.-----

Além disso, mencionou a falta de dados sobre a satisfação dos utilizadores das infraestruturas desportivas e parques infantis, assim como a ausência de informações sobre

a percentagem de infraestruturas que receberam melhorias. Questionou ainda se seria possível quantificar as melhorias realizadas e se existe algum processo de inspeção para garantir que essas infraestruturas estão em boas condições. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** falou sobre a ferramenta proposta por um operador económico que permitiria aos munícipes avaliar a satisfação com as infraestruturas municipais de forma simples e ligada a uma plataforma informática. A ideia está sendo avaliada e, caso precise de uma contratação pública, pode demorar mais tempo para ser implementada.-----

Quanto às intervenções nas infraestruturas, acredita que os detalhes já foram apresentados sobre as melhorias realizadas nos parques municipais.-----

Em relação à questão do estacionamento no Largo do Município, explicou que, após pareceres internos dos serviços da Câmara Municipal, não foi mencionado um impacto de trinta metros, mas que foi feito um esboço com a capacidade possível. Está sendo avaliado, junto a entidades externas se a proposta é viável, considerando a envolvimento patrimonial da área. -----

Sobre o trânsito, disse que algumas medidas do PAMUS estão a ser cumpridas, embora tenha expressado dúvidas sobre a sua eficácia. Acredita que a solução para a mobilidade não está apenas em infraestruturas, mas também no comportamento da população, especialmente com relação ao transporte público. A Câmara já demonstrou apoio à política tarifária que inclui o passe gratuito para jovens abaixo de vinte e três anos e para a população acima de sessenta e cinco anos, também a renovação da frota de autocarros e o aumento da oferta de transporte interurbano foram mencionados como passos importantes para resolver a questão da mobilidade. -----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** informou que, durante a revisão do Plano Diretor Municipal que está a ser desenvolvida, está previsto voltar a

implementar um conjunto de regras do regulamento do plano de mil novecentos e noventa e sete. Essas regras exigem que cada empresa de aluguer de automóveis possua um parque próprio com uma capacidade mínima de vinte e cinco lugares. Além disso, a localização desse parque terá de obedecer a um conjunto de requisitos específicos. -----

- INTERPELAÇÃO À MESA: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, solicitou que, ao abrigo do regimento e da legislação em vigor, fossem facultados ao grupo municipal do PS os pareceres internos dos serviços da Câmara Municipal do Funchal, bem como o esquiço para a capacidade possível para a construção do parque de estacionamento no Largo do Município, conforme mencionado pelo Senhor Vice-presidente da Câmara. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto dois - Orçamento Suplementar 2024 – Alteração Modificativa nº 5, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, que começou por informar que o Orçamento Suplementar tem como principal objetivo enquadrar e incluir dois projetos cofinanciados submetidos desde o início daquele executivo. Para isso, foi criada uma nova orgânica com o departamento de parcerias, fundos e consórcios, com foco na identificação de oportunidades de candidaturas regionais, nacionais e comunitárias. Os pontos destacados incluem: -----

- A aprovação do projeto "MAC Puffinus 2030", financiado por um programa europeu, com cofinanciamento a 95%, gerido pela União Internacional para a Conservação da Natureza.

- A inscrição de uma nova candidatura para o "Apoio à prevenção da floresta contra incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos", com um valor total de quatrocentos e vinte e cinco mil euros e uma plurianualidade até dois mil e vinte e cinco. -----

- A reprogramação de alguns projetos do PPI, ajustados à nova norma do Tribunal de


Contas de janeiro de dois mil e vinte e quatro, que exige a revisão independente e externa dos projetos. Também foram feitas transferências da plurianualidade devido à não abertura de algumas candidaturas comunitárias pelo Governo em gestão.-----

Esse Orçamento Suplementar reflete ainda um trabalho contínuo para garantir o cumprimento da legislação e a otimização dos recursos financeiros.-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, expressou críticas à gestão financeira do executivo PSD / CDS, destacando que o Funchal Sempre à Frente será lembrado como o governo que mais arrecadou impostos diretos dos funchalenses. Segundo a mesma, essa gestão reflete a incapacidade de pensar no futuro estratégico da cidade, especialmente nas questões de mobilidade, segurança e habitação. Entre as questões levantadas, mencionou o número elevado de alterações orçamentais, com quatro em dois mil e vinte e três e uma quinta em dois mil e vinte e quatro, além da reprogramação do Plano Plurianual de Investimentos. Também questionou o aumento de algumas rubricas, como a publicidade, deslocações, estadias e outros serviços, sugerindo que as previsões orçamentárias refletem dificuldades e possíveis enganos.-----

Um ponto crítico foi a verba alocada à recuperação do Edifício I e II do Conjunto Habitacional do Canto do Muro III, que, segundo a mesma, é insuficiente para resolver os problemas estruturais e garantir a segurança dos moradores. Questionou ainda quando será finalmente feita a requalificação das habitações, mencionando que, apesar das promessas para dois mil e vinte e cinco, as obras são necessárias já. Também recordou que a aquisição desses edifícios, feita pelo PSD, resultou em graves problemas estruturais e que a Câmara não levou em conta os pareceres técnicos, o que pode resultar em custos elevados para a cidade no futuro. Essas críticas destacam a falta de ação imediata em questões urgentes de habitação e segurança, além de questionarem a transparência e a



eficácia da gestão orçamentária do executivo.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, iniciou sua intervenção defendendo a gestão do atual executivo, em resposta às críticas do Partido Socialista sobre os orçamentos retificativos. Assim, destacou que a bancada do PS, ao criticar o aumento da receita fiscal, parece ignorar o histórico de sua própria gestão, mencionando que durante os oito anos de governo do PS na Câmara Municipal do Funchal, a gestão das despesas com publicidade e propaganda foi bastante elevada, com gastos anuais na casa dos trezentos mil euros.-----

Em relação à arrecadação de receitas fiscais, criticou o PS por alegar que o atual executivo arrecada a maior receita fiscal, lembrando que, em dois mil e vinte, sob a gestão socialista, o orçamento era de cento e oito milhões de euros e a arrecadação foi de trinta e cinco milhões de euros, com uma taxa de execução orçamentária extremamente baixa de 32%. Essa baixa taxa de execução significava que, para cada cem euros arrecadados, apenas trinta e dois euros eram efetivamente investidos, pelo que considerou um ponto negativo na gestão do PS.-----

Também questionou se, de acordo com a norma do Tribunal Constitucional de janeiro de dois mil e vinte e quatro, os Presidentes das Câmaras de Machico e Porto Moniz, ao não contratarem peritos independentes para a revisão de projetos, irão infringir as normas do Tribunal, ressaltando a importância de cumprir as exigências legais no que diz respeito à revisão dos projetos, especialmente após as alterações recentes no Tribunal de Contas.--

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, fez uma análise crítica à 5ª Alteração Modificativa do Orçamento, destacando alguns pontos importantes, como os projetos “MAC Puffinus 2030” e o “Apoio à prevenção da floresta contra incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos”, bem como investimentos em habitação social, infraestruturas rodoviárias e proteção civil.-----

Chamou a atenção para os investimentos em infraestruturas rodoviárias, como o alargamento parcial do Caminho do Jamboto, que será financiado com cinquenta mil euros, e os cem mil euros para melhorias na iluminação dos túneis. No entanto, levantou uma preocupação central: embora o orçamento esteja equilibrado e haja um esforço para manter os projetos essenciais, como habitação e infraestruturas, a dependência de fontes de financiamento externas e a escassez de receita fiscal local podem colocar em risco a estabilidade financeira a longo prazo. -----

Assim, considerou que a atual estratégia de dependência de fundos externos, sem uma arrecadação fiscal significativa, pode não ser sustentável no futuro, pelo que alertou para a necessidade de maior responsabilidade e planeamento, já que, em um cenário de diminuição de financiamentos externos, o município pode enfrentar dificuldades para reequilibrar o orçamento, comprometendo a execução de projetos essenciais. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** em relação à carga fiscal e receita fiscal apontou que, apesar de a receita fiscal ser maior, a carga fiscal aplicada aos munícipes foi a menor, devido a medidas de isenção e benefícios fiscais, como a isenção do IMT e IMI para jovens e casais jovens. Destacou que essa política permitiu que cento e vinte casais jovens adquirissem imóveis no Funchal, com um valor patrimonial tributário de doze milhões de euros. Além disso, mencionou que o município devolveu vinte e três milhões e meio de euros em IRS nos últimos quatro anos, o que representa o dobro do que foi devolvido nos oito anos anteriores. -----

Sobre a situação do Canto do Muro III, esclareceu que o edifício não está ocupado e que os moradores foram realojados devido à queda de um pilar durante a tempestade Óscar, o que resultou na evacuação imediata do local, conforme orientação do LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil. Também explicou que a litigância com o proprietário do armazém privado impede o acesso à obra, e que o Tribunal Judicial está resolvendo a



questão. Destacou ainda que, devido à gravidade da situação, o edifício está selado e interditado, e que a requalificação do projeto inicial não seria suficiente para garantir a segurança dos moradores, visto que o pilar danificado comprometia a estrutura. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, fez uma intervenção para corrigir a afirmação do Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta, destacando que o anterior executivo do PS não apenas governou em duodécimos devido à não aprovação de dois orçamentos pelo PSD e CDS durante a pandemia, mas também conseguiu realizar investimentos significativos, como a construção de complexos habitacionais, mesmo com um orçamento restrito. Argumentou ainda que, apesar de a receita fiscal do anterior executivo ter sido de cinquenta e um milhões de euros, não houve investimentos em habitação com esses valores, sugerindo que a capacidade de gestão eficiente, mesmo em tempos difíceis, foi a chave para o sucesso do anterior governo local.

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, destacou que aceita as críticas de forma construtiva, mas rejeitou as acusações de desonestidade e incompetência que foram feitas à vereação, mencionando que, embora alguns deputados do PS criticassem a receita fiscal arrecadada, muitos foram os mesmos que haviam proposto anteriormente o aumento da Derrama, o que ele considera contraditório. Também defendeu a estratégia fiscal daquela vereação, afirmando que ela foi transparente e antecipada, com a devolução total do IRS prevista para dois mil e vinte e quatro, e mencionou que, ao contrário do PS, a sua gestão devolveu 100% de IRS aos munícipes. Recordou, também, que a gestão fiscal do PS, no passado, não devolveu nada de IRS aos funchalenses, contrastando com as ações do atual executivo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, fez uma crítica ao Orçamento, destacando que, para alcançar um equilíbrio financeiro, foi necessário fazer cortes significativos, como o de 60% na habitação e 13% na cultura. Então sugeriu que,

caso tivesse sido implementada uma Derrama, o Município teria mais recursos para investir nessas áreas, como habitação e cultura, que sofreram com os cortes no orçamento. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto dois - Orçamento Suplementar 2024 – Alteração Modificativa nº 5, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação o qual foi **aprovado por maioria** com vinte e sete votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, dois votos do BE e um voto do Deputado Independente Joaquim José Batalha de Sousa. Mereceu ainda um voto contra do MPT e nove abstenções, oito do PS e uma da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Marco António Nunes Dias e Marco Aurélio da Mata Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS e Igor David Ribeiro de Andrade, do BE. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia antes de dar a palavra à **Senhora Vereadora Helena Leal** para apresentar o **Ponto três - Proposta de Deliberação à Alteração do Regulamento de Acesso a Bolsas a Estudantes do Ensino Superior, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, informou que foi entregue à Mesa, pelo MPT, uma Proposta de Alteração àquele ponto que, entretanto, a retirou. De seguida deu a palavra **Senhora Vereadora Helena Leal** que explicou as alterações feitas ao Regulamento de Acesso a Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, destacando a preocupação de o ajustar à realidade social e à atual conjuntura socioeconómica. Entre as principais mudanças, mencionou o aumento do último escalão de atribuição, permitindo que famílias com rendimentos mais altos possam agora beneficiar da Bolsa. Além disso, simplificaram os documentos necessários, agilizando os processos de candidatura, e a Bolsa foi estendida para mestrados e doutoramentos. -----

Também destacou o aumento do orçamento para aquelas Bolsas de Estudo, na ordem de 76% em dois mil e vinte e quatro, e mencionou que aquela medida visa facilitar o acesso

dos estudantes ao ensino superior, especialmente as famílias de classe média. Outro ponto importante foi a eliminação de uma penalização do regulamento anterior, que impedia que alunos deslocados acumulassem as Bolsas da Câmara Municipal com as do Governo Regional. Logo, a alteração vai beneficiar 50% das pessoas que haviam sido excluídas anteriormente por excederem o limite de rendimento. -----

Assim, aquelas mudanças visam tornar o processo mais inclusivo e apoiar um maior número de famílias, alinhando-se com o compromisso da Câmara Municipal em promover o direito universal à educação. -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS,** levantou a preocupação de que quase 25% das candidaturas às Bolsas de Estudo foram excluídas, refletindo uma taxa de pobreza superior à média nacional na Madeira. Depois reforçou a importância do papel social da Câmara Municipal, especialmente no apoio às famílias mais necessitadas. Além disso, abordou a questão da instrução das candidaturas, mencionando as dificuldades enfrentadas pelas Juntas de Freguesia ao exigir atestados ou declarações de residência com a composição do agregado familiar. Destacando que, embora as Juntas de Freguesia possam fornecer atestados de residência, a competência sobre a composição do agregado familiar é da Autoridade Tributária, que disponibiliza essa informação anualmente no seu portal. Por isso, sugeriu que, para evitar a repetição de documentos e desburocratizar o processo, seria mais eficaz pedir diretamente o documento referente à composição do agregado familiar disponível no site das finanças, em vez de exigir novas declarações às Juntas de Freguesia. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** esclareceu que, dos processos indeferidos, apenas 11% estavam relacionados com o facto de as famílias ultrapassarem o limite de rendimento. Os restantes indeferimentos estavam ligados ao não cumprimento de

critérios do regulamento ou à falta de instrução adequada das candidaturas, apesar do acompanhamento contínuo prestado pelos serviços da Câmara Municipal. -----

Em relação ao atestado de residência emitido pelas Juntas de Freguesia, destacou que aquele documento já fazia parte do regulamento desde a sua versão inicial, ainda sob o executivo anterior. No entanto, mencionou que, atualmente, os serviços jurídicos da Câmara Municipal estão a analisar uma alternativa para agilizar o processo, que será aplicada de forma transversal a todos os regulamentos da autarquia. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** salientou que a decisão de incluir a classe média nas elegibilidades para as Bolsas de Estudo, especialmente aquelas com rendimentos significativos, é uma escolha política daquele executivo. No entanto, fez questão de esclarecer que não se aceita a atribuição de Bolsas a indivíduos com rendimentos elevados, como aqueles que ultrapassam os oitenta mil euros anuais (o que é considerado "milionário" no Código do IRS), e, portanto, um teto máximo foi estabelecido. -----

Também argumentou que, ao analisar as candidaturas de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, identificaram casos de famílias com rendimentos muito altos que haviam recebido Bolsas de Estudo, como, por exemplo, uma família com rendimentos líquidos de duzentos e um mil euros anuais (catorze mil trezentos e cinquenta e sete euros mensais). Aquele tipo de situação foi considerado inaceitável pelo executivo, dado que a intenção é destinar esses apoios a famílias realmente necessitadas e a classe média, com rendimentos até cerca de seis mil cento e oito euros líquidos por mês. -----

Por isso, a decisão é uma escolha política clara: tornar inelegíveis aqueles com rendimentos significativamente altos, como pessoas com rendimentos de cento e vinte mil euros anuais, e por aí fora, pois, segundo a mesma, não são carenciados e não precisam daquele apoio, enquanto que as famílias da classe média podem continuar a ser elegíveis. -----

--- Colocado à votação, pelo Senhor Presidente da Assembleia, o **Ponto três - Proposta**



de Deliberação à Alteração do Regulamento de Acesso a Bolsas a Estudantes do Ensino Superior, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09, foi aprovado por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do MPT, um voto da CDU e um voto do Deputado Independente Joaquim José Batalha de Sousa.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Marco António Nunes Dias e Marco Aurélio da Mata Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS e Igor David Ribeiro de Andrade, do BE.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** que apresentou o **Ponto quatro - Proposta de Deliberação da Suspensão Parcial do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Fiscais à Aquisição de Habitação e à Reabilitação Urbana por Jovens no Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, explicando que a decisão de suspender parcialmente o benefício fiscal referente à isenção de IMT para jovens, atribuída pela Câmara Municipal do Funchal a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e três, está ligada a uma medida do Governo da República que, a partir de um de agosto de dois mil e vinte e quatro, vai aplicar um benefício fiscal semelhante através do Orçamento do Estado. A suspensão será parcial, pois, se o Governo da República já fornecer aquele benefício, o Município eliminará a parte correspondente ao IMT para evitar duplicação de recursos, utilizando, assim, apenas as verbas do erário do Funchal onde necessário.-----

No entanto, a suspensão não é total, pois o benefício da isenção de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) não foi contemplado pela lei nacional, e o Município do Funchal continuará a oferecer a isenção daquele imposto aos jovens, mantendo essa parte do regulamento

vigente. A escolha de uma suspensão parcial, em vez de uma revogação total, foi feita para alinhar com as novas políticas fiscais nacionais e, ao mesmo tempo, manter o apoio onde ele não foi abrangido. -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Catarina Isabel Nuna Mendes, do PS**, sublinhou a importância da suspensão parcial do benefício fiscal, uma vez que a lei nacional já está em vigor, mas fez um alerta quanto aos efeitos inesperados dessa lei a nível nacional. Embora o regulamento municipal tenha sido bem-sucedido até ao momento, existe a preocupação de que a aplicação do benefício fiscal nacional possa ter um efeito contrário, especialmente no que diz respeito ao mercado de habitação no Município. -----

Por isso, sugeriu que, caso essa repercussão negativa se concretize, será necessário que a Câmara Municipal tenha um esforço redobrado para lidar com os desafios no setor da habitação, porque isso poderia envolver o aumento de novas medidas e condições, como um maior apoio ao arrendamento, a construção de habitação a preços controlados, entre outras ações que visem mitigar os impactos da legislação nacional na oferta de habitação e no equilíbrio do mercado local.-----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** pediu à Senhora Deputada Municipal Catarina Isabel Nuna Mendes para esclarecer quais são exatamente os efeitos negativos e o insucesso da lei nacional a que se referiu, porque a Câmara Municipal desconhece aquelas informações. Reconhecendo o sucesso do regulamento municipal, solicitou-lhe também mais detalhes sobre os efeitos que poderiam surgir a nível nacional e que, caso fosse necessário, a Câmara deveria acautelar e se preparar para lidar com esses possíveis impactos no futuro.

--- **A Senhora Deputada Municipal Catarina Isabel Nuna Mendes, do PS**, alertou que, apesar dos apoios do Governo, os preços das casas aumentaram, e com as novas medidas, o aumento foi ainda mais acentuado. Pelo que a sua preocupação é que as ações

que a Câmara está a tomar para lidar com a situação possam ser insuficientes para resolver o problema habitacional de forma eficaz.-----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** atenta à fundamentação da Senhora Deputada Municipal Catarina Mendes, perguntou se a sua proposta é acabar com os benefícios fiscais?-----

--- Por esta ocasião a Segunda Secretária da Mesa, **Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, foi substituída pela Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, da Coligação Funchal Sempre à Frente, para intervir e começou por destacar que a estratégia local adotada pelo Município do Funchal, com a atribuição de benefícios fiscais para aquisição de habitação e reabilitação urbana, tem sido um sucesso e foi pioneira, visando a revitalização e fixação da população jovem na cidade. Depois explicou que, até ao presente, cerca de cento e setenta beneficiários já foram apoiados com aquela redução fiscal, e esse êxito está alinhado com a medida semelhante agora implementada pelo Governo da República, liderado pelo PSD.-----

Fez ainda um esclarecimento importante sobre as notícias que afirmam que as medidas de apoio à compra de casas por jovens estariam a aumentar a procura e os preços, realçando que as notícias usaram dados do primeiro trimestre do ano, enquanto as medidas do Governo da República só entraram em vigor em agosto, o que sugere que a informação apresentada pode não ser totalmente precisa.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, mencionou que a suspensão parcial da medida foi necessária devido às ações do Governo da República, e que essa decisão precisa ser cumprida. Contudo, reforçou que é fundamental que o Município reformule rapidamente a medida para poder aplicar o IMI bonificado aos jovens, mantendo a sua relevância no contexto local.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, voltou a sublinhar o problema grave da habitação no Funchal, destacando que a cidade se tornou uma das mais caras do País, com uma população em risco de pobreza e com rendimentos baixos. Argumentou que as medidas atuais não estão a resolver o problema, já que os preços continuam a subir, enquanto os salários não acompanham essa subida. Assim, propôs que o Município intervenha na área do alojamento local, uma competência que está no âmbito da Lei 75/2013, sugerindo que o Funchal poderia seguir o exemplo de outras cidades europeias como Barcelona, que tem menos alojamento local do que Lisboa, apesar de ter uma população maior. Depois defendeu a implementação de medidas que melhorem a distribuição de habitação sem retirar os benefícios fiscais já existentes, mas acrescentando novas políticas.-----

--- Colocado à votação o **Ponto quatro - Proposta de Deliberação da Suspensão Parcial do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Fiscais à Aquisição de Habitação e à Reabilitação Urbana por Jovens no Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi **aprovado por maioria** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do MPT e um voto do Deputado Independente Joaquim José Batalha de Sousa. Mereceu ainda um voto contra da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Marco António Nunes Dias e Marco Aurélio da Mata Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente e Igor David Ribeiro de Andrade, do BE.-----

--- Por esta ocasião a Segunda Secretária da Mesa, **Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, voltou a ocupar o seu lugar na mesma.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto cinco - Proposta de Deliberação de Designação dos Júris de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe da Divisão de Contratação Pública, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 13º da Lei 49/2012, de 29/08**, que prescindiu de o apresentar.-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- O **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, questionou a composição do júri do atual mandato, destacando que, no passado, o júri era composto por pessoas da sociedade civil de diferentes áreas, além de membros da Câmara Municipal do Funchal. Assim, sugerindo que a inclusão de membros da sociedade civil traria mais transparência e independência ao processo, questionou por que razão não há atualmente representantes externos no júri e se essa mudança não poderia melhorar o processo, promovendo uma maior participação da sociedade nas decisões.-----

--- O **Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, reiterou que o seu partido continuará a votar contra as propostas onde os júris sejam compostos exclusivamente por membros internos da Câmara Municipal do Funchal. E defende que, para garantir maior clareza e independência, os júris deveriam contar com a participação de profissionais externos, sem vínculos com a administração local, o que, segundo o mesmo, proporcionaria maior liberdade de escolha e visão para um futuro mais aberto e inovador.-----

--- O **Senhor Vice-presidente da Câmara** argumentou que a escolha de júris compostos por dirigentes e funcionários públicos da Câmara Municipal do Funchal se baseia na confiança que a administração tem no corpo dirigente, considerando que são profissionais competentes e com a experiência necessária para avaliar as situações. Defendeu que, embora a lei não obrigue a inclusão de membros externos, o princípio da transparência e

da igualdade de oportunidades está assegurado pela competência e o respeito pelos funcionários públicos, que não são vereadores nem têm cargos de nomeação política.-----

--- O Senhor residente da Assembleia colocou à votação o **Ponto cinco - Proposta de Deliberação de Designação dos Júris de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe da Divisão de Contratação Pública, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 13º da Lei 49/2012, de 29/08, que foi aprovado por maioria com trinta votos a favor, sendo dezanove votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE e um voto da CDU. Mereceu ainda um voto contra do MPT.**-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Bruno Alexandre Velosa de Freitas Pimenta Macedo, Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, José Nélio Pinto Sousa, Marco António Nunes Dias, Marco Aurélio da Mata Pereira e Pedro José Jardim Gomes, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Igor David Ribeiro de Andrade, do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente.-----

- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

--- O Senhor Deputado Municipal **Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, reforçou que a questão não está relacionada com a competência ou dignidade do pessoal da Câmara Municipal do Funchal, mas sim com a transparência para o exterior. E argumentou que a inclusão de um júri composto por membros externos daria maior clareza e credibilidade ao processo, pois permitiria uma avaliação independente e sem vínculos internos à administração local.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passando ao **Ponto seis - Eleição de um elemento designado pela Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, de acordo com o disposto na al. l) do art.º 17º da Lei 147/1999 de 01/1999,**

informou que foi proposta pelo grupo municipal do PS, a **Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS.**-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **A Senhora Deputado Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS,** começou a sua intervenção expressando agradecimentos à Presidente cessante e à atual Presidente da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, destacando o trabalho delas na defesa dos jovens do Funchal. Também fez uma menção de apreço aos membros da Comissão Restrita e Alargada da CPCJ, reconhecendo o papel fundamental da Comissão na proteção das crianças e jovens, especialmente nas áreas de segurança, formação, educação e desenvolvimento integral.-----

Depois propôs que a Assembleia aprove o nome da Professora e Deputada Municipal Madalena Nunes para integrar a Comissão Alargada da CPCJ. E destacou a vasta experiência profissional da Professora Madalena Nunes, a sua dedicação ao bem-estar dos alunos ao longo da carreira docente, e os cargos de direção que ela ocupou na Associação de Ginástica da Madeira. Além disso, reconheceu o trabalho da Professora Madalena Nunes como Vereadora da Câmara Municipal do Funchal, mencionando que vários projetos voltados à proteção das crianças com maior fragilidade foram desenvolvidos e continuados pelo o atual executivo.-----

Por fim, apelou ao sentido democrático da Assembleia para que votassem favoravelmente à proposta do Partido Socialista.-----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação para a eleição por voto secreto, da candidata apresentada, sendo **eleita com trinta e um votos a favor,** quatro votos contra e um voto em branco.-----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo doze horas e trinta e quatro minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada.-----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, João Luís de Jesus

--- O Primeiro Secretário, Teófilo Paulo Ferreira

--- A Segunda Secretária, Luísa Maria dos Santos Gonçalves

--- Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, Nélia Gonçalves